

Intervenção profissional: legitimidades em debate

Professional intervention: legitimacies in debate

R esumo

Este texto discute a suposta reversão da legitimidade profissional conferida ao Serviço Social nas últimas décadas, podendo-se afirmar que existe a convivência de projetos éticos-políticos em disputa acirrada em busca de legitimidade. As demandas colocadas à profissão, tanto em relação à sua natureza como em relação ao espaço sócio-ocupacional onde se concretizam, vêm sendo alteradas de forma radical. Essa alteração tem sido referida a uma suposta alteração no ideário profissional, pautado no Código de Ética em vigor. O que se pretende nesse ensaio é evidenciar, através da análise dos trabalhos e debates realizados no XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, que o discurso e, conseqüentemente, a prática profissional não autorizam a afirmação de que está ocorrendo uma alteração paradigmática na intervenção dos assistentes sociais. Aponta, ainda, os traços da primazia do atual Projeto Ético-Político Profissional nos relatórios dos assessores temáticos e aprecia as tendências e a importância da pesquisa na área.

Palavras-chave: Serviço Social, projeto ético-político, formação profissional.

A bstract

This text discusses the supposed reversal of the professional legitimacy conferred to Social Work in recent decades, allowing the affirmation that there is a hot dispute among ethical-political projects in search of legitimacy. The demands made on the profession, both in relation to its nature and in relation to the social-occupational space where it is realized, have been radically changed. This alteration has been related to a supposed change in professional ideals, established by the current Code of Ethics. The purpose of this article is to conduct an analysis of the studies and debates presented at the XI Brazilian Congress of Social Workers and reveals that the discourse, and consequently the professional practice, do not permit affirming that there has been a paradigmatic change in the intervention of social workers. It also indicates the influence of the current Ethical-Political Professional Project in the reports of the thematic consultants and analyses the trends and importance of research in the field.

Key words: Social Work, ethical-political project, professional training.

**Vera Maria Ribeiro
Nogueira**

Doutora em Enfermagem.

Professora do Dep. de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado – UFSC.

Texto extraído de palestra proferida na Universidad Nacional de Entre Rios na Argentina, em novembro de 2004.

Um dos pontos nevrálgicos do debate profissional atualmente é a afirmação que está em curso uma reversão da legitimidade profissional conferida ao Serviço Social nos últimos anos e que tem sua expressão no atual Código de Ética. Tal alteração estaria ocorrendo como decorrência das políticas de ajustes estruturais que vêm sendo implementadas em todos os países da América Latina. Seus traços perversos são encontrados na ampliação dos processos de exclusão social, na redução do papel regulatório do Estado nas sociedades ocidentais e na ênfase do mercado como ordenador das relações societárias.

Em conseqüência destes processos econômicos, o Serviço Social, enquanto uma profissão instituída para atuar nas distintas expressões da questão social enfrenta uma tentativa sistemática de reconfiguração do significado que lhe é atribuído socialmente, identificando-se, no presente, distintas legitimidades conferidas ao exercício profissional. Ao situar-se entre os dois vetores apontados – expansão da exclusão de toda ordem e redução da cidadania social, a legitimidade profissional é tencionada por fatores externos a ela, defrontando-se com desafios que exigem coragem e ousadia para serem nomeados e requalificados sob a ótica dos direitos sociais.

Embora o cenário seja similar em toda a América Latina, as condições históricas, culturais e econômicas imprimem uma faceta singular em cada um dos países. Em face dessa diversidade, entendo ser necessário esclarecer alguns pontos sobre o Brasil e as premissas que norteiam minha exposição.

– Temos hoje cerca de 65.000 mil trabalhadores sociais inscritos nos 24 Conselhos Regionais, de 3 delegacias de base estadual e 21 sub-delegacias regionais. No âmbito da formação profissional, existem hoje 140 cursos de graduação, sendo 34 em universidades públicas e 105 em instituições privadas. Esses números são indicativos dos rumos que vêm tomando a educação superior no Brasil, que não é diferente do que ocorre nos países vizinhos. Torna-se cada vez mais difícil aos jovens das classes populares acenderem ao ensino universitário público, gratuito e de qualidade. Temos, em termos de pós-graduação, 8 cursos de doutorado em Serviço Social (PUC-RS, PUC-SP, PUC-RJ, UFMA, UFRJ, UFPE, UNB, UNESP) e 14 cursos de mestrado, todos em instituições públicas e/ou em universidades comunitárias. Verifica-se que há uma grande procura pela qualificação profissional, mantendo-se altos os níveis de matrícula nos cursos de pós-graduação.

... temos o desafio de transformar os espaços de trabalho do assistente social em espaços de fato públicos, alargando os canais de interferência da população ...

– Os conteúdos presentes na exposição se fundamentam em uma primeira análise exploratória dos trabalhos apresentados em três eventos nacionais que ocorreram no ano de 2004: a Oficina Nacional de Formação Profissional, realizada em abril, na cidade de Florianópolis – Santa Catarina, com 168 trabalhos aprovados e apresentados; o XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o III Encontro Nacional de Seguridade, realizados em outubro, na cidade de Fortaleza – Ceará, com 1.169 trabalhos aprovados e o IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizado em início de dezembro, com 632 textos aprovados. Foram utilizados também, na construção deste texto, os relatórios dos assessores temáticos presentes no último Congresso Brasileiro, mencionado acima. Observa-se que os documentos analisados não têm uma unanimidade teórico-metodológica e técnico-operativa. Por outro lado pode-se identificar uma forte tendência analítica centrada na perspectiva crítica dialética.

– Entendo que o debate mais detalhado sobre a legitimidade da intervenção profissional unicamente pode ser especificado a partir de cada situação nacional. Hoje no Brasil, no final do segundo ano do mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reconhece-se que muitas esperanças foram soterradas. Verifica-se a permanência dos tradicionais aspectos da questão social; o rompimento com uma perspectiva mais democrática no encaminhamento das políticas sociais; a redução e transformação dos padrões de proteção social, que continuam a ser orientados por uma ótica focalizada e reducionista. O horizonte proposto na Constituição de 1988, e que se esperava fosse retomado, não surgiu e as negociações para se definir os financiamentos dos setores sociais obedecem aos critérios da racionalidade econômica e não em necessidades reais da população.

– O entendimento que o significado social da profissão, e portanto o *ethos* central que a legitima e lhe confere estatuto legal e social, não é um dado *a priori*, pelo contrário, confirma-se como uma construção que decorre, como bem aponta Marilda Yamamoto (IAMAMOTO, 1998), tanto da ação e pensamento dos profissionais que atribuem finalidade e intencionalidade ética e política às mesmas, quanto das exigências que a sociedade faz aos profissionais, impondo ao mesmo tempo limites e possibilidades para a ação dos assistentes sociais. Deve-se ter em mente que estas duas determinações são condicionadas pelas forças sociais que circunscrevem os resultados do trabalho profissional, ul-

trapassando a vontade e a intencionalidade dos agentes individuais. Entre as intenções que movem os assistentes sociais e os resultados do seu trabalho existe um complexo de forças sociais, que impossibilitam *a priori* uma identidade entre objetivos e resultados efetivamente obtidos.

– Em face da afirmação acima, deve-se pensar, ainda, a profissão como possuidora de uma herança cultural a partir da qual a categoria constrói o discurso profissional sobre o seu fazer. Discurso que, hoje, vem sendo entremeadado por paradigmas que se pretendem inovadores e servem de reforço para difusão de ideais individualistas, da ética da subalternidade e da negação de direitos sociais.

– Outra premissa a observar é quanto à natureza do Serviço Social. Não surgindo como parte da divisão do trabalho entre as ciências, mas como uma *profissão interventiva*, é dotada de uma dimensão teórico-metodológica e técnico-operativa que não se dissocia das implicações de ordem ética e política. Entende-se que o Serviço Social vem respaldando seu exercício profissional, as sistematizações sobre o mesmo e os saberes que constrói em parcela do acervo intelectual e cultural, herdado fundamentalmente do pensamento social na modernidade¹.

Nessa linha um balanço da legitimidade profissional exige, unicamente para fins de exposição, a distinção entre o trabalho profissional em si e a produção de conhecimento sobre a profissão e as questões que lhe dizem respeito.

Trabalho profissional

A partir do exposto acima, quais são as tendências que se pode identificar no discurso que expressam o exercício profissional hoje no Brasil? Esse questionamento parte da compreensão que o discurso profissional sinaliza para uma determinada perspectiva de legitimidade profissional. A legitimidade se refere ao reconhecimento social da profissão, que, como dito anteriormente, decorre da capacidade de oferecer respostas às demandas societárias pelos agentes profissionais e a leitura que os mesmos agentes realizam de sua ação profissional, constituindo-se no saber profissional e na representação que fazem da profissão.

Na *dimensão teórico-metodológica*, considerada como o modo, a maneira de ler e interpretar os fenômenos sobre os quais a profissão se debruça, os relatos examinados, em sua grande maioria, apontam para a reconstrução das demandas e possibilidades de ação relacionando-as com as determinações sócio-históricas que lhes deram origem e com os projetos societários hegemônicos, que vêm impondo limites ao atendimento prestado, devido à redução do papel do Estado na proteção social, expressos nos itens a seguir.

– As tendências do debate profissional, referentes à relação entre a sociedade civil e o Estado, são evidenciadas nas análises sobre: as relações de parceria/pressão política;

autonomia/dependência; a articulação das lutas sociais através do enfrentamento ao neoliberalismo; a busca da unidade das lutas sociais, a partir da condição da classe trabalhadora, respeitando as diversidades; a vinculação das lutas com os princípios e valores contidos no Código de Ética; a perspectiva de superação do ordenamento social imposto pelo capital; a conquista, garantia e a ampliação de direitos como uma busca constante. Verifica-se a avaliação crítica do significado sociopolítico, no contexto atual, das seguintes temáticas: ONG's, responsabilidade social, "terceiro setor", voluntariado, solidariedade, conselhos e controle social e a avaliação das práticas de seguridade social no âmbito do "terceiro setor" (ABREU; SANTOS; MONTAÑO, 2004).

– Atualmente, contrariamente ao que se identificava em passado relativamente recente, parece ocorrer o entendimento, entre a categoria profissional, das diferentes perspectivas teórico-metodológicas mediando as práticas dos assistentes sociais em suas respostas às requisições das classes sociais. Há o reconhecimento da apreensão teórico-metodológica e político-ideológica da profissão remetendo à construção de respostas em diferentes direções.

– A relação entre a dimensão econômica e social tem sido bastante demarcada, superado-se, em grande medida, a matriz analítica que levava a uma autonomização entre as duas dimensões. Igualmente, no plano das políticas sociais, têm sido resgatadas a sua gênese e as suas evoluções, tornando-se mais visíveis os jogos de interesse presentes e a importância de construção de uma esfera pública democrática, onde as divergências e confrontos sejam debatidos com visibilidade, favorecendo decisões onde prevaleçam os interesses públicos.

– A contra-reforma do Estado brasileiro, iniciada nos anos 1990, é apontada como um dos grandes limites ao alcance da Seguridade Social nos termos constitucionais de 1988. Do mesmo modo, as relações intrínsecas entre aspectos locais e globais, referentes às políticas públicas, têm sido reiteradas, evidenciando a influência da internacionalização da economia e de seus reflexos nas políticas nacionais, regionais e locais, nos espaços sócio-ocupacionais e na implementação da proteção social.

– A preocupação teórico-metodológica com as categorias *acesso e uso da terra* igualmente pode ser mencionada como ilustração, especialmente por ser o Brasil um país de grande extensão territorial, a saber: "Criar e ampliar mecanismos de aprofundamento de estudo e debates sobre a Questão Agrária nos espaços da formação, do exercício profissional e das entidades de representação da categoria" (BATISTA; PEREIRA; NOBRE, 2004).

– As novas condições postas para o mundo do trabalho, com ênfase no processo de flexibilização produtiva e das relações de trabalho em curso no país, também foram referências constantes.

– Destaca-se a preocupação analítica com demandas emergentes, tendo como matriz o projeto ético-polí-

co profissional. Pode-se ilustrar com o trecho de um dos relatórios dos assessores temáticos do XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS):

Todos os trabalhos foram orientados por uma concepção teórico-metodológica crítica do tema, ressaltando o significado e a centralidade da questão agrária na realidade brasileira e a urgente necessidade de que seja ampliada a intervenção dos assistentes sociais nesta questão. [...] Verificou-se que os relatos de experiências profissionais também foram orientados nesta perspectiva (ARAÚJO; CUNHA; LOPES, 2004).

Aprofundamento teórico-conceitual da teoria e do método que estão na base das preocupações analíticas majoritárias presentes nos trabalhos apresentados (BATISTA; PEREIRA; NOBRE, 2004).

– A preocupação conceitual começa a aparecer em campos de atuação consolidados há longa data e que, por essa mesma razão, têm maior resistência à inovação, como por exemplo, a questão do envelhecimento.

Alguns trabalhos se referem à ‘questão do idoso’ ou ‘questão do envelhecimento’, demonstrando a necessidade de conceituação, na medida em que o trato da questão referenciada a indivíduos permite uma abordagem que entende as necessidades sociais dissociadas da ‘questão social’, ou seja, perde-se a perspectiva de totalidade, quando coloca em foco o idoso ou o envelhecimento como problema, o que é próprio dos interesses que transformam em problema o que não é abordado em sua essência, levando para um terreno ideológico (BULLA; BORGES, 2004).

– Em contrapartida, nos trabalhos relacionados à ação com famílias, persistem situações bastante preocupantes. Persiste um paradigma de intervenção profissional centrado, ainda, na culpabilização da vítima e na discussão de aspectos relativos à família desvinculados da questão de classe, gênero e etnia; a ausência de uma reflexão mais profunda sobre a reiterada e contínua transferência de responsabilidade do Estado para o núcleo familiar e a autonomização da família em programas focais. Por outro lado, quanto à mesma temática, registra-se um avanço em relação ao Congresso anterior, quando as discussões ficavam mais centradas em “questões familiares” e às definições e configurações familiares. Verifica-se que o debate, atualmente, apresenta uma tendência em localizar a família contextualizada na sociedade contemporânea, reconhecendo os impactos que a “selvageria capitalista” vem provocando e uma visão crítica quanto ao lugar

privilegiado que ela ocupa no âmbito das políticas sociais brasileiras (FROTA; MIOTO, 2004).

Na dimensão ético-política, relacionada aos aspectos valorativos que orientam a ação profissional e que se expressam em dois vetores – o protagonismo dos usuários que passam a ser vistos como sujeitos políticos e a idéia da direção social e hegemonia – conforme apontam os discursos reunidos a seguir.

– Os compromissos com o Código de Ética em vigor, sendo que “[...] fazem referências explícitas relativas ao projeto ético-político: seus aspectos teórico-metodológicos, princípios, valores e direção social, que dizem respeito ao compromisso com a concretização dos direitos sociais” (MORONI *et al.*, 2004).

– Ressurgem, no entanto, alguns debates que se alinham ao velho tradicionalismo ético no Serviço Social, o que sugere a necessidade de análise das suas formas reatualizadas.

– O reforço à organização política como mediação para a construção do debate ético e da materialização do projeto ético-político no cotidiano profissional, através, dentre outras questões, da continuação do *Projeto Ética em Movimento* e de outros espaços de capacitação ética permanente, como projetos de extensão realizados em universidades.

– O debate sobre a possibilidade de realização da ética, conforme inscrito no nosso projeto profissional, na sociedade burguesa levou a consideração de que, por um lado, seus limites objetivos não podem conduzir a imobilização, o que nos leva a lutar nos espaços profissionais e organizativos existentes, mas, por outro lado, existe a clareza de que a realização objetiva da ética emancipatória supõe a universalização dos direitos, portanto, a superação dos limites objetivos postos a realização da liberdade nesta sociedade.

– Há uma reiterada ênfase na defesa da autonomia de grupos sociais envolvidos nos programas de combate à miséria, aos programas de redução do desemprego através dos projetos de geração de trabalho e renda, no combate ao trabalho infantil e juvenil e na exploração de mão-de-obra. Há o reconhecimento da não resolutividade efetiva dos programas de transferência de renda, mas são indispensáveis na situação de pobreza em que se encontra grande parte da população do país.

– Há a indicação de se articular a discussão dos direitos humanos com as entidades de defesa dos direitos humanos e as lutas sociais, em se pautar uma discussão em torno das condições de trabalho do assistente social como trabalhador assalariado, articulado às lutas gerais dos trabalhadores, tal como a luta contra a Reforma Trabalhista.

– Sugere-se investir em estratégias que possibilitem uma maior aproximação entre as entidades organizativas da categoria e o conjunto dos profissionais, em defesa da profissão e dos espaços profissionais, na qualificação e

organização dos assistentes sociais para o fortalecimento do projeto ético-político.

Na *dimensão técnico-operativa* pode-se apontar, inicialmente, os focos de interesse profissional e os espaços sócio-ocupacionais que se destacam. Tomando como ilustração o XI CBAS, pode-se, pelo número de trabalhos apresentados, verificar sua concentração nas diversas áreas temáticas, pelo Quadro 1, abaixo:

Quadro 1 – Áreas de concentração dos trabalhos

Áreas temáticas	Número de trabalhos
Estado, Direitos e Democracia	59
Seguridade Social – Concepção	45
Seguridade Social – Controle Social	38
Seguridade Social – Gestão	129
Seguridade Social – Financiamento	07
Direitos Geracionais – Infância e Juventude	77
Direitos Geracionais – Velhice	28
Questões de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade	61
Direitos e Garantias das Pessoas com Deficiência	26
Famílias e Sistemas de Proteção Social	40
Questão Urbana e o Direito à Cidade	28
Questão Agrária e o Acesso à Terra	10
Desenvolvimento Regional, Meio Ambiente e Direito à Vida	21
Projeto Ético-Político, Trabalho e Formação Profissional	23
Serviço Social, Educação e Expressões Artísticas	34
Serviço Social e Sistema Sócio-Jurídico	21
Serviço Social e Relações de Trabalho	65
Políticas e Alternativa de Trabalho e Renda	26
Sociedade Civil e a Construção da Esfera Pública: Movimento Sociais, Redes, ONGS, e o Terceiro Setor	61

Fonte: elaborado pela autora.

O Quadro mostra que a área da Seguridade Social continua sendo um dos espaços privilegiados da ação profissional, especialmente no âmbito da gestão das políticas públicas. Verifica-se a expansão dos quadros profissionais, especialmente nos níveis subnacionais, com a

descentralização das políticas sociais, sendo a área da saúde e da assistência os focos de concentração dos assistentes sociais. A função mencionada, em larga escala, é a de gestão das políticas, embora em municípios de baixa e média densidade populacional o profissional acumule as funções ligadas ao controle social, tanto na assessoria aos movimentos associativos da sociedade civil quanto na assessoria aos fóruns e conselhos de gestão de políticas.

Efetivamente, o cenário mostra que o trabalhador necessário hoje nas instituições, para as funções de gestão de políticas, deve ser capaz de:

[...] operar como um agente de atividades gerais que possui conhecimentos específicos, como um planejador que trabalha 'fora' dos escritórios, com os olhos no processo societal abrangente, em seus nexos contraditórios e explosivos; como um profissional cujo êxito depende de uma dinâmica que não é friamente controlável, mas é essencialmente política, e como tal, não se deixa isolar dos interesses e das paixões humanas (sonho dos tecnocratas...). Seu raio de ação está colado aos problemas da democracia, da representação e da participação (IAMAMOTO, 1998, p. 189).

Este trabalhador é um “difusor de estímulos favoráveis à democratização, à transparência governamental, à cidadania, à redefinição das relações entre governantes e governados, Estado e sociedade civil”. Trata-se de um profissional que constrói as escolhas no circuito da decisão democrática. Esse novo gestor público da área social combina-se com “um Estado capaz de pensar estrategicamente, planejar, coordenar, focalizado no cidadão, competente para fomentar a co-operação e radicalmente público” (IAMAMOTO, 1998, p. 190-191).

Essa concepção da gestão pública coincide com o perfil preconizado no debate profissional e fundado nos princípios que orientaram a construção do projeto ético-político. Conforme Iamamoto (1998), temos o desafio de transformar os espaços de trabalho do assistente social em espaços de fato

públicos, alargando os canais de interferência da população, permitindo maior controle por parte da sociedade nas decisões a ela concernentes. Isso requer o zelo pela socialização das informações, o conhecimento de direitos e interesses em jogo, o acesso às regras que conduzem à negociação, atribuindo transparência e visibilidade aos canais que permitem o acompanhamento da implementação das decisões.

A intervenção junto aos movimentos e organizações de gênero e etnia vem se expandindo, ao mesmo tempo em que permanece a alta concentração em programas de atenção à criança e ao adolescente.

Enquanto espaços sócio-ocupacionais emergentes, o sociojurídico vem se sobressaindo entre os demais, subdividindo-se nas modalidades: Serviço Social e Proteção à Infância e Juventude; Serviço Social e Penas Alternativas; Serviço Social e Sistema Penal; Serviço Social e Medidas Sócio-Educativas; Serviço Social e Relações Familiares; Direitos Humanos e Segurança Pública.

Ressalta-se a contribuição do grupo sociojurídico no XI CBAS evidenciada em trabalhos com alta densidade teórica e ética. Identifica-se que a maioria dos trabalhos apresentou como referência a indignação e o inconformismo dos assistentes sociais com os preconceitos, as discriminações, as violações de direitos, a construção social da culpabilização individual dos sujeitos em relação às suas dificuldades. Tais dificuldades se reproduzem nas práticas institucionais, conforme reconhecem os autores, ainda que as apresentações contenham uma diversidade de orientações teórico-metodológicas na sua fundamentação. Neste sentido alguns trabalhos contribuem para a visibilidade da negação de direitos das populações prisionais a partir da análise das condições violentas e desumanas das prisões, da constatação da ausência de programas e políticas para os egressos, bem como para a visibilidade da violação de direitos da infância e juventude na análise da situação de abandono, reproduzida por práticas institucionais, que têm na abrigagem o primeiro e mais definitivo recurso da proteção a este segmento.

Assim, os trabalhos apresentados denotam, majoritariamente, uma recusa à naturalização da negação de direitos que se expressa, inclusive, na conformação da demanda dos profissionais nos seus espaços de atuação no sistema sociojurídico. A ausência da análise macroscópica das determinações destes fenômenos na realidade social repercutiu, muitas vezes, em descrições de experiências mais

calcadas em aspectos operativos, de descrição de perfil de usuários e alimentou a, ainda presente, perspectiva messiânica na leitura do lugar social e institucional dos profissionais deste campo (AGUINSKY; DAHMER, 2004).

Dois grandes desafios para garantir a materialidade efetiva para a profissão, de acordo com os preceitos do Código de Ética, vêm merecendo a atenção das entidades organizativas da categoria, o Conselho Federal de Serviço Social e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. São eles: a capacitação dos profissionais que estão distantes dos grandes centros e formados há

longo tempo e, ainda, a garantia de uma formação profissional adequada, tendo em vista o grande número de novas unidades de ensino de Serviço Social no país. Atualizar e formar um profissional sintonizado com as exigências da época, quando a velocidade das transformações dificulta os momentos de síntese. Tudo isso ao lado de um espraiar ostensivo da desigualdade, da pobreza, do

enfraquecimento do Estado e da política, a partir das reformas orientadas para o mercado.

Essa requisição foi fortemente reiterada no último CBAS, com as indicações seguintes: ressaltar a dimensão técnico-operativa da profissão na formação e na capacitação continuada, em conexão com a dimensão ético-política e teórico-metodológica; aprofundar e atualizar a discussão sobre as atribuições e competências profissionais, tanto na dimensão da formação quanto na do exercício profissional, através de pesquisas e reflexões; investir na qualificação permanente dos assistentes sociais, através de cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão, atualização, presenciais e a distância – tal como o curso a distância ABEPSS/CEFESS (NICOLAU; LEITE; BATISTONI, 2004).

O outro vetor, a ser considerado para analisar a legitimidade profissional, podem ser os rumos teóricos e analíticos que perpassam a tarefa de investigação e os próprios objetos investigados.

Reconhece-se, atualmente, a centralidade da investigação na formação e no exercício profissional, na atualização docente, na formação de novas gerações de pesquisadores e na qualificação do exercício profissional. Contribuí, ainda, para imprimir padrões de excelência acadêmica à instituição universitária no exercício de suas funções precípuas, que não podem ser reduzidas à transmissão de conhecimentos e à formação de mão-de-obra especializada para o mercado de trabalho.

**... deve-se pensar, ainda,
a profissão como possuidora
de uma herança cultural a
partir da qual a categoria
constrói o discurso profissional
sobre o seu fazer.**

Dada a amplitude e as dimensões que envolvem a produção de conhecimentos na área, buscar uma aproximação com esta trajetória, necessariamente, passa pela aceitação de que o conhecimento na área do Serviço Social é complexo, diferenciado, e historicamente sofre a dominação de determinados modos de pensamento. Do pensamento social da Igreja, do pensamento funcionalista e, hoje, do pensamento marxista. Porém é importante ressaltar que, embora nem todos os assistentes sociais se posicionem como marxistas, é com base na filiação desta corrente de pensamento que os representantes da área se expressam e se posicionam.

E, ainda, pensar a particularidade da pesquisa na área do Serviço Social requer o pressuposto da perspectiva da totalidade social, o que pode representar avanços significativos na construção de estratégias de intervenção considerando-se os imensos desafios de nossa sociedade globalizada.

Estes são alguns aspectos que compõem a realidade brasileira contemporânea. O cenário para refletirmos sobre a árdua tarefa da pesquisa em Serviço Social, uma vez que esta tem por finalidade desvelar as refrações da questão social, das novas formas de mascarar as injustiças sociais, da reedição de velhas demandas, que se naturalizam, se não resgatadas de um conformismo aparente.

Ao analisar-se o percurso histórico da pesquisa na área do Serviço Social no Brasil, constata-se que a produção do conhecimento, de fato, intensificou-se a partir dos anos 1970, e está diretamente relacionada à emergência dos primeiros cursos de Pós-Graduação na área das Ciências Sociais e em Serviço Social. Os programas de Pós-Graduação se constituíram em espaços férteis e essenciais para que ocorresse o desenvolvimento do conhecimento na área. Este período é demarcado também pela primeira reforma universitária e pela incorporação do Serviço Social à universidade brasileira.

A expansão da produção do conhecimento à época, relaciona-se ao caráter emergente da pesquisa na área das Ciências Sociais, às dificuldades de ordem ideológicas, ao questionamento da cientificidade da área e aos preconceitos contra o próprio cientista social.

Não podemos deixar de referir que, hoje, o contexto de profundas modificações na sociedade brasileira e mundial vem exigindo novas respostas profissionais, o que também se encontra expresso em mudanças significativas nos campos do ensino, da pesquisa e da organização dos assistentes sociais.

Pelo exposto infere-se que os assistentes sociais estão enfrentando o desafio de buscar subsídios para a construção de alternativas eficientes, para o enfrentamento da questão social, que fujam à mistificação neoliberal e que formulem propostas profissionais que fortaleçam a ruptura com o conservadorismo e afirmem o compromisso com a justiça social, com os direitos humanos e a democracia.

Pode-se concluir que, com base nos registros profissionais, expressos nas apresentações dos eventos indicados –

que são fóruns qualificados e reconhecidos como tais pela categoria -, no confronto entre as legitimidades, a dura realidade impõe uma perspectiva crítica que mobiliza os assistentes sociais para além de respostas meramente técnicas. A dimensão política de contestação a uma ordem hegemônica perversa viabiliza ações criativas na linha de sedimentar forças políticas, a partir do reconhecimento do quadro de necessidades sociais que deixam de ser atendidas em nome de prioridades econômicas excludentes. A forma de atenção às demandas, conforme expressam os trabalhos apresentados, contém, em si, o germe da recusa à ação conformista e alienadora, evidenciando a legitimidade da atual postura ético-política aceita e praticada pela categoria profissional.

Recebido em 13.06.2005.

Aprovado em 01.08.2005.

Referências

ABREU, M. M.; SANTOS, S. M. M. dos; MONTAÑO, C. Sociedade civil e a construção da esfera pública. Movimentos sociais, redes, ONGS, e o terceiro Setor. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XI, 2004, Fortaleza. *Relatório de assessoria*. Fortaleza, 2004.

AGUINSKY, B.; DAHMER, T. Serviço Social e Sistema Sócio-Jurídico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XI, 2004, Fortaleza. *Relatório de assessoria*. Fortaleza, 2004.

ARAÚJO, S. G. de; CUNHA, A. M.; LOPES, J. B. Questão agrária e o acesso a terra. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XI, 2004, Fortaleza. *Relatório de assessoria*. Fortaleza, 2004.

BATISTA, A. A.; PEREIRA, P. A.; NOBRE, M. C. Q. Estado, direitos e democracia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XI, 2004, Fortaleza. *Relatório de assessoria*. Fortaleza, 2004.

BULLA, L. C.; BORGES, E. Direitos geracionais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XI, 2004, Fortaleza. *Relatório de assessoria*. Fortaleza, 2004.

FROTA, H.; MIOTO, R. C. T. Famílias e sistemas de proteção social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XI, 2004, Fortaleza. *Relatório de assessoria*. Fortaleza, 2004.

MORONI, I. *et al.* Seguridade Social – Concepção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XI, 2004, Fortaleza. *Relatório de assessoria*. Fortaleza, 2004.

NICOLAU, C.; BATISTONI, R.; LEITE, F. Projeto ético-político, trabalho e formação profissional. In: CONGRESSO

BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XI, 2004, Fortaleza.
Relatório de assessoria. Fortaleza, 2004.

IAMAMOTO, M. *O Serviço Social na contemporaneidade*. São Paulo: Cortez, 1998

Nota

- 1 Em seus primórdios, o Serviço Social estabeleceu uma interlocução privilegiada com o pensamento social católico e com o pensamento conservador europeu, tendo se secularizado em estreita aproximação com as concepções estrutural-funcionalistas difundidas nas Ciências Sociais e Humanas norte-americanas, além da incorporação de rudimentos da psicanálise. A aproximação teórica da profissão ao universo diferenciado da tradição marxista ocorre tardiamente, a partir de meados dos anos 1960, na América Latina, no bojo do conhecido “movimento de reconceituação do Serviço Social”. Instaura-se, a partir de então, uma tendência ao *debate plural* no campo das idéias no meio acadêmico do Serviço Social. Assim sendo, é impossível decifrar a profissão independente do diálogo crítico com o acervo intelectual que vem alimentando historicamente a cultura profissional, estabelecendo distintos parâmetros de qualificação da profissão e de sua função na sociedade.

Vera Maria Ribeiro Nogueira

vera@mbox1.ufsc.br

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFSC
Campus Universitário Prof. João David Ferreira Lima
Florianópolis – Santa Catarina
CEP: 88010-970